



## POBREZA

# Fome piora na casa chefiada por mulher

Levantamento da Rede Penssan indica que a insegurança alimentar é mais grave nas famílias que dependem da renda da mãe. Estudo indica, ainda, situação mais crítica no Norte e no Nordeste, com 45% e 38% da população em risco

» TAINÁ ANDRADE

### Prato vazio

Entre novembro de 2021 e abril de 2022, a pesquisa realizada pela Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pessan) identificou 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. A maior parte das pessoas estão com nível de insegurança alimentar moderada (quando o indivíduo não tem a quantidade suficiente de alimentos) e grave (sem condição de comprar alimentos ou passando fome). A fome passou a atingir de 10,4% a 18,1% dos lares em todos os estados.

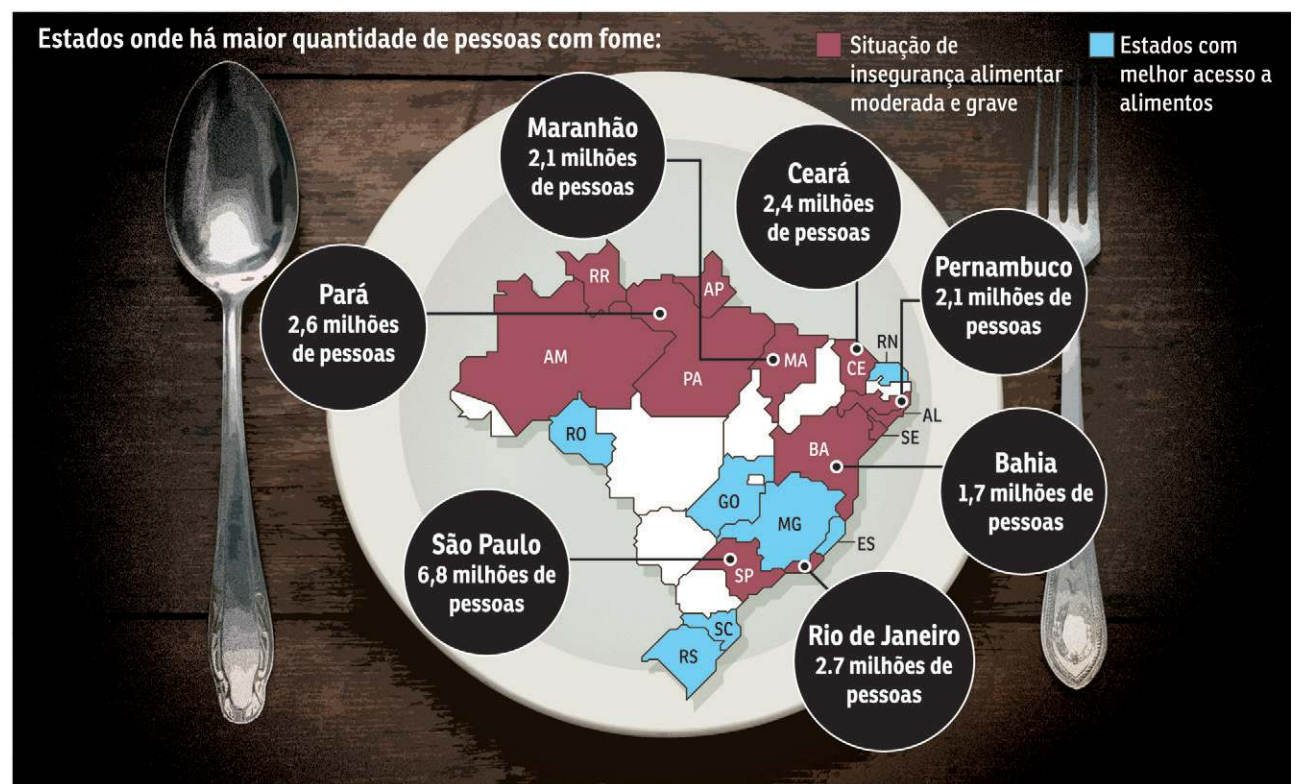
### Perfil dos lares

A vulnerabilidade social está diretamente relacionada à insegurança alimentar moderada e grave. Atualmente, essa situação ocorre em todo o Brasil. Mais de 30% da população está nesta condição.

- 1 As famílias mais atingidas têm renda inferior a um ou dois salários mínimos.
- 2 Nesses lares, a chefe de família está desempregada ou em condição precária de trabalho.
- 3 O endividamento é um fator que compromete a compra de alimentos.
- 4 Todas as famílias em risco alimentar têm baixa escolaridade.
- 5 Em 65% dos domicílios, quem comanda a casa se autodeclara preta ou parda.
- 6 A fome saltou de 11,2% para 19,3% em lares comandados por mulheres. A causa principal é a desigualdade salarial.

### O mapa da fome

No Brasil, as regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas, com 45% e 38% da população em insegurança alimentar, respectivamente.



Carla de Novaes, 37 anos, é de Santana, na Bahia, mas há cinco anos mora em Samambaia, no Distrito Federal, a 30 minutos da Esplanada dos Ministérios. Ela é a chefe de uma família com sete pessoas. Carla sobrevive com empregos informais, enquanto o companheiro trabalha em uma cooperativa, como catador. A renda é incerto, o que os torna dependentes do auxílio do governo. Mas nem isso tem permitido à família adquirir o essencial. “Só conseguimos comprar o grosso, arroz e feijão, óleo, macarrão e farinha. A prioridade é a comida e algum remédio para já se prevenir e deixar guardado. A carne não tem como comprar, só quando tem um dinheirinho, por exemplo quando pega o auxílio”, explica Carla. O malabarismo vivido por essa família é um retrato do país que é campeão mundial na produção de alimentos, mas é castigado pela fome.

Segundo levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), 33,1 milhões de pessoas passam fome no Brasil. O número é chocante, mas ganha uma dimensão maior quando se verifica, no detalhe, a miséria de uma parcela significativa da população. Mais de 125 milhões de brasileiros não têm garantias em relação à comida. Adotam estratégias para escolher o que comer, ou abrem mão de refeições diárias.

Os moradores das regiões Norte e Nordeste têm sido os mais afetados, com 45% e 38% da sua população em situação alarmante, respectivamente. Quatro em cada 10 famílias dessas regiões reduziram parcialmente ou quase completamente o consumo de alimentos. Todas as pessoas ouvidas pela rede Penssan com insegurança alimentar têm em comum a baixa escolaridade e a vulnerabilidade social.

Segundo a rede Penssan, uma parte significativa dos brasileiros vive uma insegurança alimentar em nível moderado (quando o indivíduo não tem a quantidade suficiente de alimentos) e grave (sem condição de comprar alimentos ou passando fome). Ainda que receba benefícios governamentais, como o Auxílio Brasil, essa parcela da população não consegue ter comida no prato regularmente.

O estudo indica, ainda, que a fome é mais grave nos lares onde a mulher ou o homem chefe da família está desempregado ou em condição precária de trabalho, com renda inferior a um ou dois salários mínimos. Quando a faixa de renda é de meio salário mínimo por pessoa, a restrição

alimentar atinge 32,7% das famílias, ainda que tenham recebido o Auxílio Brasil em algum momento.

Quando a renda é maior que um salário mínimo, o acesso pleno a alimentos chega a 67% das famílias. A salvação nos lares com dificuldade de aumentar a renda tem sido os aposentados. Quase metade da garantia de segurança alimentar (46,5%) ocorre quando há alguém que recebe o benefício do INSS.

### Escolaridade

Outro fator que permite a comida na mesa é a escolaridade. Em lares onde os responsáveis têm mais de oito anos de estudo, a segurança alimentar sobe para 50%, já a fome é instalada em 22% dos domicílios com chefes da família que tenham quatro anos ou menos de estudo. Além disso, entre 2020 e 2021, o aumento da fome em famílias que executam trabalhos informais foi de 14,3% para 20,3%, o que leva ao endividamento, consequentemente ao freio na compra de alimentos como prioridade.

No campo, o cenário é ainda pior, os alimentos não têm chegado aos próprios produtores, principalmente se são pequenos ou praticam a agricultura familiar. Os níveis mais severos de insegurança alimentar estão presentes em 38% dos domicílios brasileiros no meio rural.

Arquivo pessoal



Carla de Novaes (D), com filhos, recebe doação de alimentos no DF

## Drama para as mães

Segundo os dados levantados pela rede Penssan, entre 2020 e 2021, a falta de comida saltou de 11,2% para 19,3% nos lares comandados por mulheres.

“É muito ruim porque às vezes faltam as coisas e não tem como comprar, as doações para cá diminuíram. Já ficamos dois dias sem comer nada, acontece muito quando pedimos na casa de alguém e não tem nada para entregar. Me preocupo mais com as crianças, porque o adulto até que aguenta, criança não entende nada o que se passa”, relata Carla de Novaes.

A moradora de Samambaia foi chamada para panfletar em uma campanha eleitoral. O trabalho é temporário, mas deu à mãe um conforto. Ela tem que alimentar duas crianças que consomem leite. Uma ainda mama no peito, a outra não. “Com frequência o leite das crianças falta. Tem dia que vou trabalhar já pensando que não tem nada pra dar pra ela [a filha mais nova que desmamou]”, diz.

De acordo com a pesquisa da Penssan, lares onde vivem crianças menores de 10 anos têm percentuais maiores de insegurança alimentar do que a média brasileira. Em pouco mais de um ano,

a fome praticamente dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Nas regiões Norte e Nordeste, o quadro é particularmente mais grave, com 51,9% e 49,4% dos domicílios, respectivamente, em um nível de insegurança alimentar grave ou moderada.

### Acesso à água

Além da comida, o acesso à água também foi avaliado no levantamento. Os pesquisadores concluíram que esses dois fatores estão diretamente relacionados. Em 42% dos locais onde se tem fome, também falta água. No Norte, esse percentual é de 48%; no Sudeste, 43%; no Centro-Oeste, 41,2%; e no Nordeste, 41,2%.

O levantamento feito pela Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), mostra um agravamento da fome no Brasil. Em um intervalo de dois anos, mais 14 milhões de pessoas passaram a conviver diariamente com a falta de comida no prato. Ela formam, assim, o contingente de 33 milhões de brasileiros que têm a fome como rotina. (TA)

## SAÚDE PÚBLICA

### Flexibilização para covid-19 é precipitada, diz especialista

Desde a última terça-feira, viajantes não vacinados contra a covid-19 estão autorizados a ingressar no Brasil por transporte aéreo, aquaviário e terrestre. Muitas entidades, como grande parte da diretoria

da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), apoiam a flexibilização determinada pelo governo. Mas não há consenso. O presidente da entidade no DF, José David Urbaéz, alerta que essas decisões deveriam

ser tomadas com mais cautela.

“Esse comportamento é uma tendência do mundo Ocidental, mas não é condizente com a condução de que se deveria tomar com uma pandemia que ainda não acabou. Após um evento como esse, seria preciso rever os padrões sanitários. Ficou evidente a incoerência com as avaliações feitas e as medidas que deveriam ser tomadas. É uma perda de oportunidade

na saúde pública”, avalia.

Os desembarques autorizados pelo governo só podem ser feitos mediante apresentação de teste PCR negativo, realizado um dia antes da viagem, para o caso de viagens aéreas. Para quem cruzar a fronteira terrestre, valem as mesmas regras. As pessoas que tiveram a doença 90 dias antes da viagem devem apresentar dois teste PCR negativo, com intervalo de 14

dias entre um e outro, sendo o último datado um dia antes do deslocamento. O cartão de vacinação, impresso ou eletrônico, também continua sendo uma medida de comprovação de imunização para qualquer um dos modos de transporte.

Ainda assim, José David Urbaéz lembra que o tratamento da covid-19 no mundo ainda ocorre de forma heterogênea. Milhares de pessoas ainda morrem de

covid-19 no mundo, por isso as condições sanitárias deveriam ser observadas com mais rigor. “É importante manter por um longo tempo a observação das condições sanitárias, porque podemos ter outra pandemia nos próximos anos. O primeiro inimigo da proteção é quando se quer dar a solução em curto prazo. A mudança é precipitada para o bem comum do globo”, argumenta. (TA)